

ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA ESCOLA PARQUE DE SALVADOR

Claudineia Batista dos Santos¹
Deysiene Cruz²

RESUMO.

O presente artigo aborda a atuação da assistente social na Escola Parque de Salvador no núcleo de atendimento de projetos especiais composta por equipe multidisciplinar com objetivo de proposta de intervenção no atendimento ao estudante com a família e funcionários da escola. O artigo fundamenta-se no método dialético, com procedimentos de pesquisa descritiva, exploratória pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Aborda o percurso histórico da educação no Brasil reflete a exclusão da classe trabalhadora, as mudanças na legislação educacional de acordo com interesse das configurações na estrutura política e socioeconômica no país e enfrentamentos dos assistentes sociais para regulamentação de atuação nas instituições públicas de ensino. Desta forma, identifica-se nas discussões a questão social na Escola e a relevância da atuação do (a) assistente social na redução das diversas expressões da questão social no atendimento ao usuário, família e funcionários na Escola Parque de Salvador.

Palavra Chave: Serviço social. Escola Parque. Direito social.

ABSTRACT.

This article discusses the role of the social worker at the Parque de Salvador School in the special projects service nucleus composed by a multidisciplinary team with the purpose of proposing intervention in the student service with the family and school staff. The article is based on the dialectical method, with descriptive research procedures, exploratory bibliographic research and documentary research. It addresses the historical course of education in Brazil reflects the exclusion of the working class, changes in educational legislation in accordance with the interest of the configurations in the political and socioeconomic structure in the country and confrontations of social workers for regulation of performance in public educational institutions. Thus, the discussions identify the social issue in the school and the relevance of the social worker acting in reducing the various expressions of the social issue in the care of the user, family and employees in the Salvador park school.

KEY WORDS: Social service. Park school. Social law

1 Graduada do Curso de Serviço Social na Fundação Visconde de Caíru.

2 Professora e Orientadora do curso de Serviço Social da Fundação Visconde de Caíru. Assistente Social nas áreas de Direitos Humanos.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo refere-se atuação do serviço social no espaço educacional, no qual entende a educação como direito social. A escola contemporânea enfrenta diversos desafios da questão social. Nesse sentido, a relevância da contribuição do assistente social devido suas atribuições privativas quanto ao diagnóstico social para identificar fatores socioeconômicos e culturais que influenciam na qualidade da educação pública, evasão escolar, baixo rendimento, violência escolar, etc.

Nesse contexto, o processo sócio-histórico brasileiro a estruturação e configuração da divisão socioeconômica entre classes sociais constituem a exclusão à educação a classe desfavorecida e sem representatividade política no país. Em razão disso, expõe-se o problema de pesquisa nesse estudo: como se desenvolve a atuação do Serviço Social na Escola Parque de Salvador?

De modo expressivo, entende-se as diferentes demandas sociais da escola contemporânea diante da questão social a partir da convivência, relatos e experiência como professora da educação básica de ensino implica em perceber importância da atuação do assistente social no espaço educacional. Com isso, o objetivo geral: analisar a atuação do assistente social na Escola Parque de Salvador.

Nessa perspectiva de estudo, os objetivos específicos dispõem como: caracterizar a instituição pública de ensino Escola Parque de Salvador; conhecer as demandas do serviço social na escola parque de Salvador e descrever os instrumentos técnicos operativos na atuação da assistente social no espaço educacional à metodologia de pesquisa descritiva e exploratória tendo como instrumentos técnicos operativos a entrevista semiestruturada com assistente social do Núcleo de Pesquisa da Escola Parque de Salvador.

2. TRAJETÓRIA DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

O artigo se propõe também descrever o cenário educacional brasileiro que o durante essa trajetória retrata estigma da exclusão social, econômica e cultural

para classe trabalhadora e a influência política e econômica para atender as necessidades das classes burguesas. Segundo Aranha (1998, p. 73) “A escola institucionalizada semelhante a que conhecemos hoje, é uma criação burguesa do século XVI, época que surge um sentimento de infância e de família.”

A instituição escolar constitui a partir das demandas socioeconômicas, mercado do trabalho e mudanças políticas na sociedade. A escola surge a partir dos ideais burgueses que traz como proposta um espaço de interações sociais, a prática educacional planejada e organizada do conhecimento científico restrito a classe burguesa. No que diz respeito ao sistema educacional brasileiro durante o período de colonização 1549 a 1759, os padres jesuítas dedicaram-se ao a propagação da fé católica e ao ensino.

Aranha (1996, p. 101) afirma que “A ação sobre os índios se resume na cristianização e na pacificação, tornando-os dóceis para o trabalho. Com os filhos dos colonos tende a ser mais ampla, estendendo-se além da escola elementar de ler e escrever”. Para Ghiraldelli (2000 p. 20) afirma que a metodologia pedagógica a partir da pedagogia Ratio Studiorum³ “ baseava -se na unidade da matéria, unidade de método e unidade de professor significava que cada turma deveria seguir seus estudos, do começo ao fim, com o mesmo mestre”.

Sendo assim, os jesuítas controlam o ensino no Brasil quando preparam os filhos dos colonos para faculdade na Europa e destinavam estes para sacerdócio assim, o acesso a educação para a classe burguesa para formação elite intelectual e dirigente desse país.

Aranha, (1996 p.125) afirma que, “No contexto histórico do iluminismo, não fazia mais sentido atrelar a educação à religião como as escolas confessionais, nem aos interesses de uma classe a aristocracia. A escola deveria ser leiga e livre

3 O Ratio Studiorum foi a organização e o plano de estudos da Companhia de Jesus, publicado em 1599.

independente de privilégios de classe”. Em consequência disso, nota-se que o sistema educacional brasileiro tende ao retrocesso, pois não há uma organização de ensino regular no país. Sendo que, Marquês de Pombal ao implantar o ensino público oficial através de medidas fragmentadas na formação de professores e na organização do ensino tendo como consequência o analfabetismo e baixa qualidade educacional.

Com a chegada de D. João VI, e sua família ao Brasil as primeiras medidas de D. João VI, na colônia foram abertura econômica e comerciais com abertura dos portos às nações amigas, e na educação para atender a elite burguesa criação de instituições públicas como a biblioteca nacional, museu nacional e cursos médicos cirúrgicos em Salvador e no Rio de Janeiro.

Pode-se mencionar que, a precariedade do ensino elementar no país favorece o analfabetismo para uma população composta por pessoas que foram escravizadas, embora com a Constituição de 1824, a primeira do Brasil, traz a referência de um sistema nacional de educação, o ensino elementar precário, descentralizado sem acesso aos outros níveis de ensino devido à organização administrativa das províncias e dimensões do país.

Para tanto, Aranha (1996, p.155) “O governo se desinteressa pela educação popular e também pela formação técnica e volta-se para as profissões liberais destinadas à minoria privilegiada”. Apesar das diversas mudanças no final do império do Brasil como o crescimento urbano e industrial, a abolição da escravatura e a proclamação da República demarcam o fim da proibição de matrículas de escravos.

Vale mencionar, também que a exclusão educacional da população negra ao acesso e permanência à educação pública no qual possibilita perspectiva de mudança da sua condição socioeconômica, política e cultural na mobilidade das classes sociais.

Nessa conjuntura, o sistema de ensino na primeira República prevalecia o ensino secundário e superior em detrimento da expansão do ensino primário o que retrata a manutenção da elite dominante do país que detém os meios de produção e o conhecimento científico por não ter sistema de ensino democrático.

Ghiraldelli (2000, p. 27) afirma que “Assim, todas as reformas da legislação do ensino provinhas do governo federal priorizavam suas atenções para o ensino secundário e superior”. Desta forma para atender as classes mais favorecidas economicamente que enviavam seus filhos aos colégios particulares e rede de ensino público que atendessem as demandas da oligarquia.

Outro ponto relevante são as mudanças ideológicas quanto à política educacional para o país de um lado os intelectuais liberais anseiam por Pedagogia Nova para atender a estrutura urbana industrial e democrática em oposição os católicos defensores da Pedagogia tradicional que não concordavam com democratização do ensino público. Para Freire (1987, p.58) “Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão”.

Desta forma, a educação da pedagogia tradicional conduz uma metodologia de ensino de não relacionar o conteúdo com contexto socioeconômico, político e cultural do aluno, enquanto o conhecimento e as interações sociais entre professor e aluno são passiva em razão da dicotomia do conhecimento pois o ajustamento do aluno e a disciplina mantém para atender os papéis sociais na sociedade de classes.

Segundo Piana (2009, p. 63) “Em 1932, acontece o Manifesto dos Pioneiros da Educação (Movimento Escolanovista), trazendo aspectos centrais de uma ampla reforma nacional que influenciou fundamentalmente nas mudanças posteriores e denunciou o atraso do sistema educacional brasileiro e a não inclusão da população a um amplo processo de educação escolarizada”.

Salienta-se, também, que a inserção no país no mundo capitalista de produção que favorecem as diversas transformações da política governamental no cenário brasileiro e o afastamento das oligarquias cafeeiras do cenário político no entanto, perpetua o modelo econômico agroexportador de dependência das relações do comércio internacional.

Em razão disso, foi criado o Ministério de Educação e Saúde Pública, e com nova Constituição Federal de 1934, que dispõe que educação é direito de todos devendo ser ministrada pela família e poderes públicos. Para tanto, a divisão na estrutura educacional para atender o modo de produção capitalista e o acesso ao ensino restrito à elite brasileira.

Em contraponto, nota-se que na Constituição de 1937, no período do Estado Novo impõe exclusão e retrocesso para a educação quanto distinção entre o trabalho intelectual e manual ao enfatizar o ensino técnico para classe menos desfavorecida economicamente para atender o mercado de trabalho.

Por outro lado, vê-se que a Constituição de 1946 a obrigatoriedade do estado no ensino primário e que educação é direito de todos e ao legislar sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional que foi marco para a história do sistema educacional brasileiro.

Pode-se mencionar que no período da ditadura militar no Brasil reproduz o retrocesso na educação no país devido a proposta ideológica do governo antidemocrático e de repressão dos movimentos estudantis, é nesse período que instituída a Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no qual Estado legitima com regulamentações o dualismo do sistema educacional brasileiro o ensino técnico e ensino superior que expressa na divisão social do trabalho entre o trabalho manual e intelectual.

Freire (1987, p. 85) afirma, “As elites dominadoras, na sua atuação política, são eficientes no uso da concepção “bancária” porque, na medida em que esta desenvolve uma ação apassivadora, coincide com estado de imersão da consciência oprimida. Nessa conjuntura, o Estado legitima através de leis a manutenção da pirâmide social brasileira e o acesso a educação para classe trabalhadora.

Diante dessa acepção, o movimento de defesa da escola pública no qual propunham uma democratização do ensino que garantisse oportunidades iguais a todos, de forma que a população pudesse usufruir os benefícios do desenvolvimento industrial, bem como a modernização do sistema educacional dentro dos princípios da escola nova. Para tanto, Aranha (1996), ao entender que

a educação extrapola os muros da escola, afirma que à educação o conceito é amplo devido o ato educativo não se restringe a educação formal.

O ato pedagógico pode, então, ser definido como uma atividade sistemática de interação entre seres sociais, tanto no nível do intrapessoal como no nível da influência do meio, interação essa que se configura numa ação exercida sobre sujeitos ou grupos de sujeitos visando provocar neles mudanças tão eficazes que os tornem elementos ativos desta própria ação exercida. (ARANHA, 1996, p. 50).

Segundo, Aranha (1998, p. 74) “a escola não transmite apenas conhecimento intelectuais por meio de prática neutra, mas repassa valores morais e a reflexão sobre diversas expressões da questão social quando se posiciona quanto a sua função educacional e se posiciona que a educação como direito social”.

Em razão disso, se faz necessário o profissional das ciências sociais, pois colabora no processo de conscientização do sujeito de direito no acesso a educação pública, que é dever do Estado para garantir recursos, estrutura e organização do ensino em diferentes etapas e modalidades a todos que dela precisarem.

Para Lamamoto (2014, p. 101) “A incorporação dos direitos sociais à noção de cidadania começa com o desenvolvimento escola primária pública e se expande, principalmente, à medida que o liberalismo vai perdendo terreno e o Estado assume progressivamente os encargos sociais face à sociedade civil”.

Segundo Piana (2009, p. 67) a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Brasileira de 1996 é a primeira lei geral da educação promulgada desde 1961 e tem ampla repercussão sobre o sistema de ensino brasileiro. O governo assume a definição da política educacional como tarefa de sua competência, descentralizando sua execução para Estado e municípios.

Vale salientar que, a política de educação no Brasil traz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e Diretrizes Curriculares Nacionais refere-se à organização da Educação Básica para etapas e modalidades e orientações temáticas nesse processo de escolarização.

Segundo a Lei de diretrizes e Bases da Educação a qual esclarece acerca da formação educacional brasileira conforme:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Desta forma, o processo de democratização no país traz como marco a Constituição Federal de 1988, na garantia de direitos sociais, políticos e econômicos e que colabora com lógica capitalista que necessita da mão de obra da classe trabalhadora com condições mínimas para atender as exigências do mercado de trabalho, enquanto o acesso a educação básica para classes trabalhadora enfrenta os desafios na garantia do direito ao acesso a educação no qual o assistente social interpreta as expressões da questão social e viabiliza direitos sociais e implementa política sociais.

De acordo com Libânio (2002, p. 68) “ A educação como processo que abrange diversas relações sociais, culturais, políticos e diferentes concepções de ensino que constitui uma intencionalidade que influenciam comportamentos e valores sociais no qual caracterizam as classes sociais antagônicas”.

Assim ao analisar a trajetória da educação brasileira a partir da cultura eurocêntrica com traços contraditórios ao sistema político vigente para atender a classe dominante do país revela consequência da exclusão social na educação pela classe trabalhadora. E no enfrentamento e posicionamento diante das diversas expressões da questão social no país o assistente social é profissional viabiliza os recursos sociais instituído em lei para atender as demandas do usuário.

2.1 O ASSISTENTE SOCIAL NA ATUAÇÃO NO ESPAÇO EDUCACIONAL

O Serviço Social é regulamentado como uma profissão liberal, por isso possui estatutos legais e éticos que regulamentam socialmente a atividade

profissional, a profissão se insere na divisão social e técnica do trabalho no contexto da sociedade capitalista, o que necessariamente leva à sujeição da venda dessa força de trabalho especializada.

Nessa perspectiva da garantia de direitos sociais ao usuário nos diferentes espaços ocupacionais o assistente social possui atribuições e conhecimento teórico-metodológico, técnico e operativo para enfrentamento das diversas expressões da questão social. Além disso, a partir das demandas do usuário o assistente social conduz sua prática na observação não somente no que é posto, mas conduz em refletir e analisar diversos contextos socioeconômicos e relações sociais nos espaços ocupacionais seja, em instituições públicas e empresas privadas.

Segundo Iamamoto, Carvalho (2014, p.123) “O assistente social atua no campo social a partir de aspectos particulares da situação de vida da classe trabalhadora, relativos a saúde, moradia, educação, relações familiares a partir dessas expressões que o profissional efetiva sua intervenção”.

Em razão disso, a dimensão da competência ética-política o assistente social tem clareza de sua posição política e social ao deparar com as relações sociais antagônicas na sociedade neoliberal no qual implica apropriar-se do Código de Ética Profissional conforme Resolução n 273/93, e o Projeto Político Profissional.

No que diz respeito à educação Piana aponta (2009) a inserção do Serviço Social no campo educacional, nos estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul no ano de 1946, foram os pioneiros acerca do Serviço Social Escolar em que as atividades voltadas para identificar problemas sociais emergentes que reverberasse na aprendizagem do aluno que as assistentes sociais intervêm em situações de desvios e anormalidade social.

Enquanto, Silva (2012) afirma que não é apenas inserir o profissional na escola, mas reflete sobre essa inserção no campo educacional para viabilizar a efetivação de direitos sociais para o educando e sua família hipossuficiente e com vulnerabilidade social.

O Serviço Social é uma profissão de caráter sociopolítico, crítico e interventivo, que se utiliza de instrumental científico multidisciplinar das Ciências Humanas e Sociais para análise e enfrentamento nas diversas expressões da questão social pois o assistente social contribui para com a realização de diagnóstico social para identificar fatores econômicos, sociais e culturais que influenciam no âmbito educacional favorece ao usuário e a família.

Para tanto, Iamamoto (2011, p.18) afirma “como profissão inscrita na divisão do trabalho, o Serviço Social surge como parte de um movimento social mais amplo, de bases profissionais”. A atuação do serviço social escolar nas diferentes áreas educacionais houve avanços ao depara com diversos entraves para prática do assistente social nas instituições públicas de ensino no país.

Em princípio apresenta-se o projeto de lei PL 060/2007, em que mesmo sendo aprovado com emendas, necessitava de alteração referente “ profissionais de assistência” para “profissionais de serviço social” sendo devolvido para Câmara para nova análise do documento.

Com isso, a partir projeto de lei PL 3688/00 proposta aprovada em 2019, com regulamentação os psicólogos e assistentes sociais atuem na instituição pública de ensino com objetivo que a intervenção desses profissionais resulte na qualidade de ensino-aprendizagem do educando.

Salienta-se, também que a PL 3688/00, devido à modificação do projeto de lei anterior, que impõe uma equipe para cada rede de ensino seja na esfera municipal e estadual entende-se que é uma quantidade ínfima para atender as demandas do educando e sua família e a comunidade escolar não alcançará resultado efetivo no enfrentamento de diversas expressões da questão social.

Assim como esses serviços têm sua justificativa histórica na desigualdade estrutural que permeia a sociedade de classes, têm, também, seus limites dados pelo próprio regime de produção, que devido á sua natureza, permite no máximo, a redução da exploração e não sua eliminação. (IAMAMOTO, CARVALHO 2014, p. 111).

Outro ponto relevante quanto a sanção do atual presidente da república a PL 3688/00, provocou a mobilização dos Conselhos de classe de ambas categorias Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal Serviço Social (CFESS) e a ABEPSS para articular estratégias contra o veto presidencial que reflete na trajetória histórica de retrocesso na educação pública no país.

É imprescindível dizer que, atualmente com mobilização dos conselhos de psicologia e do serviço social o Congresso Brasileiro Nacional derruba o veto presidencial nº 37 /2019, que garante atuação desses profissionais nas escolas públicas do país.

4. METODOLOGIA

Segundo Minayo (1992) método dialético busca encontrar, na parte a compreensão e a relação com o todo sendo a metodologia utilizada para o trabalho de campo da qual aproxima com a realidade a ser investigada. Desta forma, a dialética permitia neste presente estudo uma maior aproximação com o objeto estudado, proporcionando assim uma interlocução precisa entre o sujeito pesquisador e objeto pesquisado.

Para tanto, a pesquisa contará com as pesquisas que objetivam a ideia descritiva e exploratória. A partir da análise e interpretação obtidas com a pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar.

Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987). Enquanto a pesquisa exploratória tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipótese. Envolvem os procedimentos de atingir a pesquisa descritiva e exploratória a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e ainda a pesquisa de campo.

Assim sendo, neste projeto de investigação a pesquisa bibliográfica segundo Minayo (1992) prevê os estudos através de artigos científicos, livros, pesquisas acadêmicas, entre outros.

A pesquisa bibliográfica ao discutir ideias e pressupostos como lugar privilegiado de levantamento dos aportes teóricos no contexto histórico social. Por sua vez, a pesquisa documental ainda de acordo com a referida autora pretende debruçar nas legislações vigentes de acordo com a temática estudada na pesquisa.

A pesquisa de campo, que é o lócus onde a pesquisa será desenvolvida se trata nesta pesquisa da Escola Parque exige utilizar procedimentos e instrumento para pesquisa de campo com a assistente social da Escola Parque de Salvador. Para desenvolvimento da pesquisa de campo foi utilizado como instrumento à entrevista semiestruturada que permite a possibilidade de que sejam exploradas outras questões que ocorra no decorrer da entrevista.

A Escola Parque que foi idealizada por Anísio Teixeira, educador baiano, que no final da década de 1940 conseguiu colocar em prática parte de sua concepção de educação pública em Salvador. Para tanto, Teixeira percebia a escola enquanto espaço democrático, político e social capaz de promover uma educação em mudança permanente, em permanente reconstrução. Enquanto ao movimento da escola nova precisava acompanhar as mudanças dessa sociedade em constante mutação.

Assim, Teixeira (1952) afirmou que: “Dada à extensão e a desigualdade de ritmo das mudanças que sofre a nossa sociedade, a escola deverá ser flexível e adaptável, a fim de poder tomar conhecimento de todos os aspectos dessas mudanças e de obter o maior grau possível de consciência condição primária para a integração e coesão sociais.”

Para melhor compreensão da pesquisa, ainda busca-se delinear a abordagem da pesquisa, que nesta pesquisa conta com a abordagem qualitativa que de acordo com Minayo (2012) responde a questões muito particulares um nível de realidade que não pode ser quantificado. Por trabalhar com o universo de significados e especificidades que ocorrem nesse espaço a ser investigado.

Contudo, a abordagem qualitativa é aquela que mais se aproxima para análise dessa instituição de ensino.

Conforme o rigor ético profissional de acordo com a RESOLUÇÃO Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE - documento no qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante e/ou de seu responsável legal, de forma escrita, devendo conter todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa a qual se propõe participar.

5. RESULTADO DAS DISCUSSÕES

Ao analisar a atuação do(a) assistente social na Escola Parque de Salvador implica em compreender o contexto educacional e as relações sociais do aluno e sua família neste o espaço escolar. Nesse sentido, a práxis do assistente social quanto suas ações em que o mediatismo não faz parte do fazer profissional do assistente social na educação devido suas atribuições privativa de assegurar informações e acesso de direitos sociais aos usuários e sua família.

Nota-se que a proposta na implantação do Núcleo de Projetos Especiais deu-se com a idealização do gestor da Escola Parque e professores de diferentes áreas do conhecimento devido às demandas das escolas classe. A equipe multidisciplinar compõe de profissionais com dupla formação acadêmica e especializações, contudo, o quadro funcional no registro profissional da secretária de educação do Estado consta o registro como docentes.

Observa-se que devido com reorganização da estrutura funcional da rede estadual do ensino na educação básica houve redução da equipe multidisciplinar do Núcleo de Projetos Especiais. Assim, os desafios a serem enfrentados expõem para a assistente social na escola parque articular a teoria e prática com rede de apoio ou seja, parceria fora da instituição de

ensino que conduz trajetória de atuação profissional consciente que não há neutralidade para refletir que cada intencionalidade na política do Estado.

A Escola Parque de Salvador inicia sua história como um projeto idealizado por Anísio Teixeira que desenvolveu Plano Nacional de Educação no país. O Centro Educacional Carneiro Ribeiro, construído e inaugurado em 1950, no bairro popular da Liberdade, o primeiro núcleo foi construído no bairro da Caixa D'Água de Salvador.

No que diz respeito a pesquisa de campo realizado nesse espaço educacional com metodologia de pesquisa qualitativa descritiva e exploratória ao utilizar entrevista semiestruturada individual com a assistente do núcleo de pesquisa da Escola Parque de Salvador.

Nessa perspectiva, por ser uma escola de projetos atualmente se constitui seis escolas classe I, II no Pero VAZ, III Pau Miúdo, IV, escola classe Candolina no Pau Miúdo e Escola classe Anísio Teixeira na Ladeira do Paiva que compõem o Centro Educacional Carneiro Ribeiro – Escola Parque com horário de funcionamento das 8h as 11:30h e 13:30h as 17h, em que como proposta pedagógica diferenciada de tempo integral em que o aluno realiza suas refeições no espaço escolar que contempla o desenvolvimento integral o aluno.

Enquanto no noturno 17h as 20h, deu início para projeto com temáticas de discussão de interesse e necessidade dos trabalhadores da comunidade local e ampliou-se devido a demanda do curso preparatório Enem e PRÉ-IFBA.

O Núcleo de Projetos Especiais da Escola Parque foi implantada pela professora e assistente social da rede de ensino em Março de 2002, idealizada pela atual gestão devido as demandas da escola como: drogas, violência doméstica, pedofilia, abuso e/ou assédio sexual e diversas expressões da questão social.

Diante disso, o Núcleo de Projetos Especiais da Escola Parque atualmente é composto por uma equipe multidisciplinar como: assessor jurídico, psicólogo, assistente social, nutricionista, dentista e professora de língua portuguesa, contudo, este núcleo já foi composto por outros profissionais como fonoaudiólogo,

psicopedagoga e profissional de saúde mental devido mudança organizacional esses profissionais não compõem o núcleo.

Mediante os instrumentos técnicos operativos de atuação do serviço social na educação tem seu papel bem definido na escuta, análise do caso, relatório, parecer e encaminhamento e acompanhamento do aluno e família.

Verifica-se a relevância do assistente social no espaço escolar ao implementar projetos e programas através do Núcleo de Projetos Especiais que atendem as seis escolas classe que compõem Centro Educacional Carneiro Ribeiro – Escola Parque. Podem-se mencionar ações para acesso a saúde e educação parcerias com instituições e faculdades para comunidade. Os desafios e entraves encontrados pela assistente social depara-se nos serviços de atendimento de escuta com alunos e família matriculado e frequentando a escola classe e parque que em situação de vulnerabilidade dependem da conscientização do aluno e família na necessidade do atendimento no núcleo e para participar dos projetos propostos.

Vê-se, portanto, que escola na sociedade contemporânea depara com diversas expressões da questão social e os desafios da equipe multidisciplinar no Núcleo de Projetos Especiais em conscientizar o usuário dos seus direitos e deveres como cidadão ao analisar o estudo de caso, parecer, encaminhar e acompanhar a equipe multidisciplinar quando necessário para instância jurídica como Ministério Público.

Deste modo, o profissional de serviço social articular com outros profissionais na atuação do Núcleo de Projetos Especiais através da expertise no fazer profissional para viabilizar acesso de direitos sociais no atendimento usuário e sua família.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da atuação do Serviço Social na Escola Parque de Salvador atende um projeto de intervenção no atendimento ao estudante, sua

família, servidores no espaço educacional devido a proposta pedagógica diferenciada da Escola Parque composta de educação integral.

Entende-se que para o enfrentamento da questão social na escola contemporânea o (a) assistente social possibilitar implementação de políticas públicas e programas para as diferentes demandas na educação pública.

Em razão disso, nota-se que o profissional do serviço social no Núcleo de Projetos Especiais da Escola Parque participar destas ações com proposta interdisciplinar com articulação com outros profissionais devido ao compromisso de perceber que a educação de qualidade relaciona com a necessidades socioeconômicas em que o aluno e sua família encontra-se inserido

O desafio da pesquisa evidencia que não regulamentação do Serviço Social na escola pública reflete limita pesquisa e produção acadêmica sobre atuação no espaço educacional que visa atender estudante, sua família e os profissionais da educação e garantia de seus direitos sociais.

É imprescindível dizer que, a educação por ser uma política pública, e o acesso à educação proporciona a garantia da cidadania na sociedade, no entanto, as demandas sociais na conjuntura da sociedade atual implicam na qualidade do ensino oferecido nas escolas públicas.

7. REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. São Paulo Moderna, 1998.

_____, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2. Ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9.394/96. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/PDF/idb.pdf>. Acesso em 08 de maio de 2019

CAMPOS, L. D. S.; DAVID, C. M. **O profissional de serviço social no ambiente escolar, uma vivência prática**. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 19, n. 1, p. 269-294, 2010.

DISCURSO DE POSSE DO PROFESSOR ANÍSIO TEIXEIRA no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, v.17, n. 46, p. 69-79, abr./jun. 1952.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**: ensaios – 5. ed. (Coleção Questões de Nossa Época; v.23) São Paulo, Cortez, 2001.

_____. **Educação e atualidade brasileira**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. – 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIBÂNIO, José Carlos. Tendências pedagógicas na prática escolar. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1992.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/vwc8g/PDF/piana-9788579830389-04.PDF>. Acesso em: 3 de maio de 2019.

SAVIANI, Dermeval. ***Escola e Democracia***: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 33.^a ed. revisada. Campinas: Autores Associados, 2000.

SILVA, Manuela Mary José da. **O lugar do Serviço Social na Educação**. IN: Serviço Social na Educação Perspectivas e Possibilidades. Porto Alegre: CMC, 2012.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.